

PROJETO BOLSISTAS

Aluna: Lívia de Paula Miranda Pereira
Orientadora: Telma Lage

Introdução

As Bolsas de Ação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro constituem-se em uma original experiência de apoio institucional ao exercício do direito social à educação, limitado muitas vezes por problemas econômico-financeiros dos jovens que querem estudar.

Esta iniciativa da PUC é original porque parte de entidade privada e porque o acesso a essas bolsas se dá depois da aprovação do vestibular comum para todos os estudantes.

Original também foi o desenho que tais ações assumiram na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, uma vez que não obedeceram a um planejamento prévio, mas foram respostas às dificuldades relatadas pelos próprios alunos, respostas estas inspiradas e comprometidas com a filosofia da PUC-Rio, fiel aos valores cristãos.

O Programa de Bolsas de Ação Social cresceu muito e atende, hoje, aproximadamente a 700 bolsistas no total, 38 deles no curso de Direito, e que são o alvo mais próximo de nossa pesquisa. No entanto, por força do PRO-UNI (Programa de Universidade para todos, criado pelo Governo Federal em 2004) o programa de Bolsas de Ação Social da PUC-Rio tende a se esgotar.

Objetivos

- 1) Conhecimento do Programa de Bolsas de Ação Social, em seu aspecto histórico (como e em que circunstâncias foi implementado), sociológico (perfil sócio-econômico dos alunos bolsistas e condições de acolhimento na PUC-Rio) e políticos (incentivos políticos à sua manutenção).
- 2) Conhecer o custo de programas deste tipo, suas fontes de receita (FESP).
- 3) Estabelecer parâmetro de comparação com outras iniciativas públicas e privadas semelhantes.
- 4) Perscrutar a opinião (dimensão ideológica) do corpo docente e discente acerca da política de discriminação positiva.

Metodologia

A pesquisa compreende 5 (cinco) etapas assim distribuídas:

- 1) Levantamento dos dados já existentes: Vice-Reitoria Comunitária da PUC-Rio e Pastoral Universitária por meio do FESP (Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio);
- 2) Entrevistas com professores do Departamento de Direito da PUC-Rio;
- 3) Entrevistas com alunos do curso de Direito da PUC-Rio;
- 4) Entrevistas com os alunos bolsistas de ação social do curso de Direito, através de 4 perspectivas:
 - estudantes que cursam os dois primeiros anos de faculdade
 - estudantes que cursam após os dois primeiros anos de faculdade, período em que, em geral, estão envolvidos com estágio.
 - estudantes que já se formaram

-estudantes que abandonaram a faculdade;

5) Tabulação dos dados colhidos nas entrevistas.

Paralelamente ao desenvolvimento das etapas acima descritas, buscamos aporte teórico das ações afirmativas, com abordagem interdisciplinar (histórica, antropológica, jurídica, política e comparada) e leitura e discussão de textos referentes ao tema.

Conclusões

Nessa pesquisa estão presentes alunos bolsistas de PIBIC e voluntários. Como voluntária, assumi as tarefas relativas às pesquisas de campo, elaboração dos questionários piloto, entrevistas usando estes questionários, discussão e reformulação dos novos questionários.

Das entrevistas já realizadas, podemos adiantar que:

- 1) É baixo o conhecimento deste programa pelos professores.
- 2) Há confusão entre este programa da PUC-Rio e as Políticas Públicas de Ação Afirmativa.
- 3) Há apoio, em tese, ao programa, mas restrições quanto a sua implementação.
- 4) A maioria dos entrevistados acredita não ser necessário adaptação dos currículos à presença dos alunos bolsistas na Universidade.
- 5) Quanto às entrevistas realizadas com os alunos não-bolsistas foi possível constatar, até agora, uma aceitação e mesmo uma admiração aos colegas bolsistas, pelo seu empenho em vencer dificuldades e realizar um projeto de cursar faculdade.

Como pesquisadora observei que as tarefas do pesquisador são dificultadas não só pelos entraves burocráticos – dificuldade de acesso aos dados, dificuldade de coordenação com os diferentes departamentos envolvidos na nossa pesquisa – a Vice-reitoria Comunitária; a Pastoral, o Dep.to de Direito, o Núcleo de Direitos Humanos -, também pela falta de gravadores, de locais para reunião e arquivamento do material coletado; há ainda uma falta de conscientização por parte dos entrevistados da importância da atividade de pesquisa para produção de conhecimentos. Neste sentido o PIBIC e seus coordenadores (o diretor, a Prof. Eliane, e os demais, e mais os alunos) merecem elogios e incentivos pela disposição e entusiasmo.